



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

LÚCIO FLAVO CORREIA RODRIGUES

UM ESTUDO SOBRE AS PRINCIPAIS POLÍTICAS ADOTADAS PARA O COMBATE À
INFLAÇÃO NO BRASIL, A PARTIR DE MEADOS DA DÉCADA DE 80.

Palhoça

2017

LÚCIO FLAVO CORREIA RODRIGUES

UM ESTUDO SOBRE AS PRINCIPAIS POLÍTICAS ADOTADAS PARA O COMBATE À
INFLAÇÃO NO BRASIL, A PARTIR DE MEADOS DA DÉCADA DE 80.

Projeto de pesquisa apresentado ao
Curso de graduação em Ciências
Econômicas, da Universidade do Sul de
Santa Catarina, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. João Antolino Monteiro, Msc.

Palhoça
2017

SUMÁRIO

TABLE OF CONTENTS

1	INTRODUÇÃO.....	04
1.1	EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA.....	06
1.2	OBJETIVOS.....	06
1.2.1	Objetivo Geral.....	07
1.2.2	Objetivos Específicos.....	07
1.3	JUSTIFICATIVA.....	07
1.4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	08
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	08
2.1	PLANOS ECONÔMICOS ANTERIORES X PLANO REAL.....	08
2.2	COMBATE À INFLAÇÃO A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL....	12
2.3	MUDANÇAS NO CENÁRIO ECONÔMICO NACIONAL.....	15
3	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....	17
3.1	PLANO CRUZADO.....	17
3.2	PLANO BRESSER.....	19
3.3	PLANO VERÃO.....	20
3.4	PLANO COLLOR.....	21
3.5	PLANO REAL	23
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
	REFERÊNCIAS.....	26

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por finalidade apresentar a pesquisa monográfica com o tema Plano real: Um estudo sobre as principais políticas adotadas para o combate à inflação.

O processo de elaboração desta Monografia se deu a partir de pesquisa em livros e internet e teve início a partir do conhecimento de conteúdos e habilidades que fazem parte do currículo do Curso de Ciências Econômicas. Sendo que, a escolha do tema se deu a partir da construção do conhecimento sobre a economia do país baseada nas políticas de combate à inflação a qual despertou interesse, contribuindo efetivamente para o amadurecimento pessoal e técnico-científico dentro da área da Economia no que tange à especificidade do tema.

O Plano Real foi sancionado pela Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995 que dispunha sobre o Sistema Monetário Nacional e adotou o Plano Real que se constituiu em um evento de relevante valor para a história econômica do País, principalmente por ter encerrado as tentativas fracassadas de combate à inflação, conduzindo a política econômica do país por uma década por meio dos Planos: Cruzado em 1986, Bresser em 1987, Verão em 1989, Collor I em 1990 e Collor II em 1991, no entanto, foi apenas em 1994, com a implantação do Plano Real na economia brasileira é que se interrompeu o longo processo de alta inflação acarretando a ruptura do histórico inflacionário dominada sem congelamentos de preços, confisco de depósitos bancários ou qualquer outro artificialismo já visto nos planos econômicos anteriores, se intensificando a partir de meados dos anos de 1980.

A economia brasileira voltou a crescer, obrigando o Governo Federal a optar por uma política de restrição à expansão da moeda e do crédito, garantindo que o Brasil conseguisse alcançar taxas de crescimento econômico autossustentáveis, durante o período de implantação do Real com o objetivo de controlar o volume das reservas internacionais.

Entre 1995 e 1998, houve necessidade de financiamento do balanço de pagamentos e a conta corrente acumulou déficit de cerca de US\$ 110 bilhões que ao

ser somado à fragilidade da estabilidade de preços da época, era a principal justificativa da excessiva rigidez monetária.

Pretende-se no decorrer da pesquisa analisar o combate à inflação a partir da implantação do Plano Real, comparando-o com os planos econômicos anteriores, comprovando sua eficácia, visando detalhar o cenário econômico da época apresentando as características peculiares do mercado em período de hiperinflação, e a transição deste para períodos de inflação controlada.

Durante a pesquisa será utilizada a metodologia de revisão bibliográfica para que se possa compreender a estruturação do Plano Real.

Para Araújo e Modenesi (2009) a sensibilidade da inflação à taxa de juros é baixa, em termos de redução da inflação, decorrente de uma elevação da taxa de juros o que caracteriza a evolução das contas públicas que tem sido fortemente influenciada pela política monetária.

No primeiro capítulo, serão apresentados os conceitos de Plano Real e um breve histórico da inflação no país no sentido de compreender a evolução financeira do Brasil, abordando a finalidade do Plano Real, sua implantação e breve apresentação dos planos econômicos: Cruzado em 1986, Bresser em 1987, Verão em 1989, Collor I em 1990 e Collor II em 1991, anteriores ao Plano Real, suas formas de combate à inflação, o impacto na sociedade brasileira, bem como razões pelas quais não obtiveram o sucesso esperado no combate à inflação;

No segundo capítulo, será analisado o combate à inflação a partir da implantação do Plano Real, comparando-o com os planos econômicos anteriores, comprovando sua eficácia, diante do cenário econômico da época apresentando as características peculiares do mercado e a transição para períodos de inflação controlada.

No terceiro capítulo, serão apresentadas as mudanças ocorridas no cenário econômico nacional a partir do Plano Real e seus impactos nos agentes econômicos, conforme a política de combate à inflação.

De acordo com Filgueiras (2006) o Plano Real passa a ser visto como uma proposta bem sucedida de estabilização econômica, iniciado pelo Governo Itamar Franco em fins de 1993 como “Plano FHC” e em seguida, como “Plano real” em 1994 e diferencia-se dos demais planos por não estabelecer uma política específica para os

preços em geral, preocupando-se principalmente com o monitoramento do câmbio, salários e tarifas públicas.

1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA

O plano Real em 2015 fez exatamente 21 anos de implantação, no entanto sua principal finalidade seria controlar a inflação e logo em seguida desencadear o desenvolvimento econômico brasileiro.

O Plano Real foi pensado somente em 1994, a partir do fracasso dos planos econômicos, Cruzado em 1986, Bresser em 1987, Verão em 1989, Collor I em 1990 e Collor II em 1991 que foram criados para combater a inflação por meio do congelamento de preços e salários. Em 1993 a inflação atingiu 2700% no país o que fez com que Fernando Henrique Cardoso que assumia o cargo de Ministro da Fazenda consolidou a implantação do Plano e após a implantação da nova moeda, o valor da inflação manteve-se em 12,6%, fator este fundamental para eleição de Fernando Henrique para a Presidência da República.

Mesmo com uma inflação praticamente controlada, ficaram os resquícios dos fracassos anteriores, de forma que as famílias não esperavam uma tamanha redução na taxa média de correção dos preços e durante a década de 1990, no decorrer dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso como Presidente da República, ocorreu a abertura econômica nacional, surgindo um novo cenário econômico.

Pode-se verificar uma relação efetiva entre as políticas de combate à inflação e o Plano Real, o que será fundamentado no decorrer da presente pesquisa e responderá a questão da pesquisa: Qual a contribuição do Plano Real para a efetivação do combate à inflação?

1.2 OBJETIVOS

Tomando como base o problema de pesquisa, apresentam-se, na seqüência, os objetivos a serem alcançados no trabalho de conclusão de curso.

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral do trabalho de conclusão de curso é comparar o Plano Real com os planos econômicos implantados no Brasil, a partir de meados da década de 1980, como forma de combate à inflação.

1.2.2 Objetivos específicos

- Apresentar os planos econômicos implementados na década de 80.
- Analisar o combate à inflação a partir da implantação do Plano Real
- Apresentar as mudanças ocorridas no cenário econômico nacional a partir do Plano Real e seus impactos nos agentes econômicos.

1.3 JUSTIFICATIVA

Com o Plano Real o Brasil experimentou por certo tempo uma estabilidade econômica o que fez com que o governo posterior continuasse com esse mesmo plano econômico, como revela Belieiro (2011).

No caso da inflação, o plano Real foi mantido, tanto a moeda como a sua concepção básica. Nesse sentido, o governo Lula foi realmente de continuidade quando se analisa a trajetória da política do governo Luiz Inácio Lula da Silva – de jan. de 2003 a dez. de 2006. 2004 1.941.49 8,00 5,71% 6,13% 2005 2.147.23 9,0 3,16% 5,05% 2006 2.369.48 4,00 3,96% 2,81%. A manutenção da política econômica do Real foi indubitavelmente positiva para o processo de transição democrática, na medida em que trouxe continuidade de uma aspiração legítima de praticamente todos os grupos e classes sociais do país em vencer a inércia inflacionária brasileira existente desde o início dos anos 80. (BELIEIRO, 2011. p.5)

Analisar os fatos deste plano econômico de grande sucesso no combate à inflação, sua formulação, características, implantação, bem como a mudança provocada no cenário econômico nacional, e seus impactos no governo, no comércio e nas pessoas é de extrema importância para que se possa compreender porque um plano que deu certo no passado, não parece surtir muito efeito na atualidade.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objeto do presente estudo é o Plano Real a partir de um estudo sobre as principais políticas adotadas para o combate à inflação, apresentando o conceito de Plano Real e Inflação na visão de alguns autores e a importância desse Plano para a economia do Brasil, sendo que para a construção desse trabalho foram consultados Artigos, periódicos, livros, internet, utilizando a metodologia de pesquisa bibliográfica que, de acordo com Oliveira (1999), tem por finalidade conhecer diferentes formas de contribuições científicas que se realizam sobre determinado assunto ou fenômeno.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PLANOS ECONÔMICOS ANTERIORES X PLANO REAL

Em meio a um misto de expectativa e de desconfiança, a economia brasileira experimentava uma revolução há exatamente 21 anos, através da implantação de uma nova moeda na economia: o Real.

Filgueiras (2006) revela que o desempenho da economia brasileira não se apresentava positivamente favorável diante da conjuntura mundial, dado sua fragilidade econômica e o risco elevado.

Nos anos 80, houve a crise do Fordismo e do Petróleo, além dos frustrados planos de estabilização econômica: Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e II, no entanto, seria necessário preparar um cenário propício à execução das políticas neoliberais o que segundo Filgueiras (2006) diante das transformações econômicas o Brasil a partir do processo de globalização financeira e da hegemonia liberal precisava buscar sua reestruturação produtiva em concordância com Glambiagi et al (2005) que revela que para o País estancar o problema da hiperinflação teria que pensar na estabilidade econômica por meio de reforma monetária.

De acordo com Filgueiras (2006) o Plano Real não é meramente um Programa e sim uma Política Econômica de Estabilização.

Esse Plano não é, meramente, um programa de estabilização solitária, pois se articula a um projeto maior, de redefinição da economia brasileira, e de sua inserção na nova (des)ordem internacional, conforme o ideário do consenso de Washington. Portanto, a política econômica de estabilização daí decorrente tem impacto, entre outras coisas, no redesenho da estrutura do Estado, na sua forma de atuação na economia e na formação de suas políticas públicas e sociais; na reestruturação, concentração e desnacionalização de diversos setores econômicos; nas relações internacionais, comerciais e financeiras, do país e, cada vez mais, na redefinição das relações trabalhista e no perfil do mercado de trabalho. (FILGUEIRAS, 2006, p.31)

Para que se possa compreender o motivo pelo qual o Plano Real foi pensado é necessário se conhecer os Planos anteriores. O primeiro Plano a ser aplicado com intenções de conter o avanço da inflação foi o Cruzado, pelo Presidente José Sarney que assumiu a Presidência em 21 de abril de 1985 e tinha como maior de seus desafios vencer a inflação herdada do governo militar.

No dia 28 de fevereiro de 1986, pela manhã, numa cadeia nacional de rádio e televisão, o Plano Cruzado foi anunciado pelo Presidente da República. Consistia dos seguintes pontos: 1 – Congelamento no varejo de todos os preços da economia; 2 – Criação de uma nova moeda, o Cruzado, valendo 1000 Cruzeiros; 3 – Conversão para o cruzado de todos os preços e contratos anteriores a 28 de fevereiro, expressos em Cruzeiros, de acordo com critérios específicos; 4 – Fixação, sem tabelamento, da taxa de câmbio; 5 – Extinção de todos os mecanismos de indexação da economia, com exceção dos reajustes da poupança, FGTS, PIS e salários; 6 – Substituição da ORTN pela OTN, e a fixação do seu valor até março de 1987. (NASSIF, 1986, p. 65).

Segundo Nassif (1986) com a implantação do plano a população passou a lutar por seus direitos. As donas de casa invadiam os supermercados com as tabelas de preços em mãos e reivindicavam descontos e essa atitude mostrava o apoio popular ao novo Plano, no entanto essa medida econômica causou desequilíbrio na Economia do País, pois os produtores não puderam reajustar o preço dos produtos, passando a ter prejuízos em vez de lucro, o que acarretou a queda da qualidade de diversos produtos.

Leitão (2013) revela que em sua visão o Plano Cruzado foi tão bom quanto artificial. Tão intenso quanto curto de forma que, com a queda de preço dos alimentos o consumo aumentou, provocando o desabastecimento.

Em 1987, ainda o governo de Sarney, Luiz Carlos Bresser Pereira assumiu o Ministério da Fazenda, logo após fracasso do Plano Cruzado e a inflação no Brasil chegou à marca de 20,96 e, abril, e 23,21% no mês de maio e a economia brasileira atravessava uma intensa crise financeira em que a inflação cresceu consideravelmente e os salários caíram cerca de 20% até o final de 1986, o desemprego aumentou, a quantidade de Empresas que decretaram falência cresceu, o superávit transformou-se em déficit e as reservas brasileiras atingiram a escassez apesar da moratória que fora decretada em 20 de fevereiro de 1987.

De acordo com Sandemberg (1989) Bresser Pereira considerou em 12 de junho de 1987, que seria necessário um choque de emergência, este se caracterizou como Plano Bresser a partir de um novo congelamento de preços.

O principal problema do país era o fato de que o governo estava gastando mais do arrecadava e para conter o déficit público, viu-se como solução realizar o reajuste dos salários, aumentar impostos, cortar os subsídios do trigo e adiar obras de grande porte, no entanto, o país passou também a negociar com o Fundo Monetário Internacional e suspendeu à moratória.

Os esforços de Bresser foram em vão, pois a inflação atingiu cerca de 366% em dezembro de 1987, fator que acarretou o pedido de demissão do Ministro da Fazenda em 1988, que foi substituído por Máílson da Nóbrega que apresentou o Plano Verão, promoveu um novo congelamento de preços e salários, criou uma nova moeda, o Cruzado Novo, e extinguiu a Obrigação do Tesouro Nacional que era o corretor monetário da época.

O Plano Verão não obteve o sucesso esperado, ocorrendo uma série de desajustes nas cadernetas de poupança, que tiveram prejuízo de 20,37%, que foram recuperadas judicialmente.

Ao assumir a presidência da República em 16 de março de 1990, Fernando Collor de Mello tinha como principal preocupação o controle da inflação de forma que criou um conjunto de reformas econômicas, denominado Brasil Novo que ficou conhecido como

Plano Collor e tinha como principal proposta combinar a liberação financeira com a fiscal, adotando medidas extremas para estabilizar os preços.

A equipe de economistas de Collor era composta por Zélia Cardoso de Mello, Antônio Kandir, Ibrahim Eris, Venilton Tadini, Luís Otávio da Motta Veiga, Eduardo Teixeira e João Maia e as medidas adotadas foram: A substituição do Cruzado Novo pelo Cruzeiro; o congelamento de 80% dos bens privados por 18 meses; Taxas elevadas em todas as transações financeiras; Indexação das taxas; Fim da maior parte dos incentivos fiscais; Preços reajustados por entidades públicas; Câmbio flutuante; Abertura da economia para o comércio exterior; Congelamento temporário dos salários e preços; Extinção de agências do governo para a redução de gastos públicos; Estímulo à privatização e início da remoção da regulamentação da economia.

De acordo com Leitão (2013) o Plano Collor mexeu com os rendimentos e aplicações nos fundos com títulos públicos e no rendimento diário, tirou dinheiro da caderneta de poupança e das contas correntes. As empresas pararam de produzir, pois não tinha como pagar os fornecedores e os salários dos seus funcionários, o que desencadeou variadas demissões fazendo com que o clima de insatisfação fosse geral.

Ao final do ano de 1990, o índice de inflação crescia consideravelmente e fechou o ano com 1.198% e novamente com o intuito de reverter a situação fora lançado o Plano Collor II, que representou uma política de elevadas taxas de juros, no entanto em 1991 com o congelamento de salários e preços a inflação fecha em 481% abrindo a economia brasileira e obrigando a indústria nacional a investir na modernização, no entanto a inflação estava bastante elevada o que causou um escândalo político que levou ao impeachment de Collor.

De 1992 a 1994 no governo de Itamar Franco foi lançado o Plano Real pelo Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso que tinha como principal objetivo vencer a hiperinflação que nesse meio tempo chegou a 2.477,15% a.a. em 1993.

O conhecido Plano Real entrou em vigor no dia 1º de julho de 1994 e conseguiu estabilizar a economia do País que sofreu com a inflação por cerca de 15 anos, mas no primeiro semestre de 1994 a inflação chegou a 757%, média de 43% ao mês conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo e nos seis meses seguintes, o índice desabou para 18,6%, média de 2,9% ao mês.

Cada Unidade Real de Valor valia um dólar o que uniformizou todos os reajustes de preços, de câmbio e dos salários de maneira desvinculada da moeda vigente, sem que houvesse necessidade de congelamentos e de tabelamentos, como nos planos econômicos anteriores o que foi um grande avanço já que a inflação chegou a 5.000% em apenas 12 meses.

Há 22 anos, em 1º de julho de 1994, o Brasil amanheceu com esperança de mudança, a nova moeda: o Real foi trocado em todos os locais, por meio de uma negociação entre lojistas e bancos para a entrega ser feita antes do nascer do sol.

Leitão (2013) revela que foram muitas as surpresas e confusões com relação ao valor no momento da troca, pois confundia mesmo eram entregues várias notas para se sair apenas com uma.

O ministro Rubens Ricúpero entregou no caixa da Caixa Econômica Federal 137.500 cruzeiros reais e recebeu de volta R\$ 50,00. O Brasil inteiro fez o mesmo gesto do ministro, levou seus cruzeiros reais aos bancos, e recebeu reais; e viu a mudança ser feita em suas contas correntes, aplicações, poupança. Tudo sem atropelos, novidades ou sustos, um conforto para um país que tinha vivido tanto tumulto. (LEITÃO, 2013. p. 282).

O governo estabeleceu regras de conversão e uso de valores monetários a partir da Unidade Real de Valor e deu início à desindexação da economia, determinando o lançamento da nova moeda, o Real, sendo esta a medida econômica que tinha o objetivo principal de controlar a hiperinflação que assolava o Brasil.

2.2 COMBATE À INFLAÇÃO A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL

O Presidente Itamar Franco convidou Fernando Henrique Cardoso que assumia a Pasta de Ministro das Relações Exteriores para assumir a economia brasileira e conduzir o país à estabilidade econômica.

Fernando Henrique enquanto Ministro da Ec

onomia, reuniu uma equipe de economistas formada por Pêrsio Arida, André Lara Resende, Gustavo Franco, Pedro Malan e Edmar Bacha que juntos fizeram com que o Plano Real desse certo estabilizando a economia do País e se tornando o plano de

estabilização econômica mais eficaz da história do Brasil, pois cumpriu seu objetivo principal de reduzir a inflação e ampliar o poder de compra da população.

A nova moeda era a Unidade Real de Valor, que serviria de moeda provisória até que a transição para o Real acontecesse. Dessa forma, com efeito da Medida Provisória nº 434, de 28 de fevereiro de 1994, iniciou-se a publicação dos valores pelo Banco Central e a moeda escritural teria conversão obrigatória em valores e serviria para todas as transações econômicas, fazendo com que ocorresse a desindexação geral da economia.

De acordo com a paridade legalmente estabelecida a base monetária brasileira foi trocada de CR\$ 2.750,00 para R\$ 1,00 e a inflação que estava acumulada em 815,60% até julho foi registrada em 6,08%, sob efeito do Real o que mostrou o sucesso do Plano Real na política econômica brasileira.

De acordo com Silva (2014) Pedro Malan um dos idealizadores do Real ressaltou que a estabilidade monetária seria o fator condicionante e a prosperidade econômica seria o fator condicionado, revelando que somente com a estabilidade monetária haveria prosperidade econômica.

Para que o Plano Real tivesse sucesso foram articuladas reformas econômicas paralelas que de acordo com Silva (2014) passaram a vigorar em 1º de março de 1994, sendo a Emenda Constitucional nº 10 que criou o Fundo Social de Emergência e caracterizou a desvinculação das verbas do orçamento da União e direcionou recursos para o fundo, abrindo possibilidades para que o governo remanejasse ou cortasse gastos supérfluos e após a criação do Fundo Social de Emergência ocorreu a redução do superávit primário do setor público, efeito colateral do fim da hiperinflação,

De acordo com Silva (2014) o Plano Real foi um programa definitivo de combate a hiperinflação, que durante sua implantação perpassou por três etapas, de forma que a primeira consistiu no período 1993 a 1994 caracterizando o equilíbrio das contas públicas, havendo redução de despesas e aumento das receitas. A segunda e mais importante de todas foi a criação da unidade Real de Valor que consistiu no equilíbrio da economia até que a moeda fosse completamente trocada, preservando o poder de compra da população e evitando quebra de contratos e confisco de poupança. A terceira se caracterizou pelo lançamento do Real, moeda utilizada na atualidade.

Para que a estabilidade econômica pudesse acontecer de fato, foi necessário estabelecer reformas estruturais e de gestão pública para dar sustentação ao Plano Real, se tornando necessário Privatizar setores estatais, instalar o Programa de reestruturação bancária, criar agências reguladoras, aprovar a Lei de Responsabilidade Fiscal e a liquidar ou vender um grande número de bancos que pertencessem aos governos dos estados, Renegociar as dívidas públicas dos Estados e Municípios e abrir o comércio exterior.

De acordo com Silva (2014) o efeito regulador do Plano Real foi imediato e positivo, pois a inflação calculada sobre a Unidade Real de Valor ficou em torno de 3% e a inflação em Cruzeiros Reais ficou em 190% o que comprovou a eficácia do Plano já que as pessoas puderam controlar seus gastos e permanecer com dinheiro por mais tempo e o consumidor de baixa renda foi o principal beneficiado.

O Plano Real mesmo com toda a sua eficácia, enfrentou três grandes crises mundiais, a Crise do México (1995), a Crise Asiática (1997-1998) e a Crise da Rússia (1998) o que afetou diretamente o Brasil que precisava de recursos, investimentos e financiamentos já que estava em reforma, no entanto sem meios de financiar seu plano de estabilização econômica o governo fragilizou-se, sendo obrigado a aumentar a taxa básica de juros para o capital investido, buscando impedi-los de abandonar o país.

Em março de 1999, a taxa de juros do Brasil chegou a 45%, causando endividamento público, cortes de gastos, diminuição do volume de negócios da bolsa de valores e desemprego, no entanto houve crises como a da Argentina (2001), a de 11 de setembro (2001), e a do Apagão (2001) que mesmo não prejudicando o processo de controle da inflação tiveram efeito negativo na taxa de crescimento econômico, pois deflagraram a queda da taxa anual do PIB e forçaram o aumento da taxa de juros interna, sobretudo a crise do Apagão estava diretamente ligada ao Plano Real e trouxe o aumento do consumo, da produção e do poder de compra da população, somado a redução dos investimentos nos setores de energia.

O Plano Real como qualquer outro teve seus efeitos a curto e longo prazo e dentre estes está a Manutenção de baixas taxas inflacionárias e referências reais de valores; O Aumento do poder aquisitivo das famílias brasileiras; A Modernização do parque industrial brasileiro e o Crescimento econômico com geração de empregos.

De acordo com Silva (2014) o Partido dos Trabalhadores votou contra a maioria das medidas propostas no Plano Real ou que vieram a fazer parte dele, poucos foram os artigos que receberam apoio.

Em abril de 1996, o desempenho da economia brasileira passou por um quadro de inflação declinante causando surpresa pela retomada lenta do crescimento e do equilíbrio que mesmo fragilizado nas contas externas se encaixava no processo de transição da economia inflacionária para a estabilizada.

Sempre haverá críticas ao sistema financeiro, ao sistema tributário brasileiro e à política monetária já que são estes juntos que promovem o crescimento econômico e as Reformas políticas e econômicas são necessárias para que a formulação do plano econômico seja efetivo na economia brasileira.

Acredita-se que o grande mérito desse plano foi a derrota da hiperinflação que devolveu à população esperança de um futuro melhor ao obter seu poder de compra e reconhecer os méritos do plano econômico que favoreceu as mudanças não apenas na economia, mas nos avanços sociais que lançou as bases para a construção de um país mais justo para aqueles as pessoas que possuem menor poder de compra.

No segundo trimestre de 1997 ocorreu a recuperação do nível de atividade, em relação ao trimestre anterior havendo a melhoria na balança comercial a partir de maio e contou com a combinação de condições políticas, históricas e econômicas permitindo o lançamento das bases de um programa de longo prazo que ao ser realizado em etapas, resultou na queda de três décadas de inflação.

2.3 MUDANÇAS NO CENÁRIO ECONÔMICO NACIONAL

A política econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva se organizaram para o objetivo principal da estabilidade econômica no sentido de conter a inflação, colaborando para os níveis de crescimento mais moderado.

O Plano Real estava sendo visto como um divisor de águas, pelo fato de haver estabilizado a economia brasileira se tornando a política monetária de principal ação econômica de governo, na qual o bem estar social e econômico se manifestava por

meio do controle inflacionário, no entanto era importante preocupar-se apenas com a redução, mas com a manutenção em níveis baixos.

De acordo com Reis (2006) a principal estratégia do governo era adotar um regime de metas para inflação, oferecendo maior visibilidade aos objetivos do investimento e do consumo, fator em que a taxa de juros apresentou um papel fundamental no direcionamento da política monetária.

De acordo com Gremaud (2002) Um fato novo ocorreu na política brasileira com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva, pois houve a consolidação da democracia e a tomada do poder pelo partido de esquerda no Brasil, havendo assim um novo tipo de condução econômica por parte do Estado.

A política econômica durante o governo Lula, segundo Lameira (2004) foi operada no sentido de manter a política de combate à inflação, respeitando a política macroeconômica e conciliando as estratégias de transferência de renda, sem deixar que os Empresários se acomodassem ao mesmo tempo em que de acordo com Mercadante (2006) aumentava o poder de compra da população de baixa renda o que de certa forma acarretou uma ruptura, no entanto a inflação registrada ficou dentro das metas.

O êxito da política de redução e controle da inflação do governo Lula é evidente, qualquer que seja o indicador utilizado. Com exceção de 2003, ano em que pesaram de maneira decisiva os desequilíbrios associados a crise de 2002, tanto em 2004 quanto em 2005 a inflação registrada ficou dentro das metas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional, coisa que não ocorria desde o ano 2000. (MERCADANTE. 2006. p.71).

De acordo com Ianoni (2009) o fracasso dos planos anteriores foi de fundamental importância para que os formuladores da política do Real, pois ao temer o fracasso vinham tratando todo o processo de implantação de forma transparente o que fez com que o conteúdo da medida provisória 404 não fosse surpresa, sendo bem aceito pela população.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

O presente trabalho caracteriza-se em apresentar e conhecer melhor cada um dos Planos Econômicos brasileiros, dentro do ambiente econômico aos quais os mesmos estavam inseridos, buscando identificar suas principais medidas, como a sociedade foi afetada e os resultados apresentados.

A seguir, vamos analisar cada um dos planos econômicos:

3.1 PLANO CRUZADO

Anunciado em 1º de março de 1986, através do ministro da Fazenda Dílson Funaro, o Plano Cruzado apresentava, entre suas principais medidas: a) congelamento geral dos preços nos níveis de 27 de fevereiro de 1986; b) troca da denominação da moeda, de cruzeiro para cruzado (sendo 1 cruzado equivalente a 1.000 cruzeiros); c) reajuste dos salários, com base na média real dos seis meses anteriores, mais um abono de 8% para todos os salários e de 15% para o mínimo; d) instituição do gatilho salarial, que seria acionado toda vez que a inflação acumulada, a partir da data de anúncio do plano, ultrapassasse 20% (nesse caso, os salários seriam reajustados automaticamente no mesmo percentual); e) reajuste dos aluguéis e prestações do SFH com base na média real dos 12 meses anteriores; f) substituição da ORTN pela Obrigação do Tesouro Nacional (OTN), que seria reajustada apenas dali a 12 meses; g) proibição de cláusulas de indexação nos contratos inferiores a 12 meses e; h) fixação da taxa de câmbio em 13,84 cruzados por dólar.

De imediato, o Plano conseguiu um amplo apoio popular, tanto na população quanto até mesmo na oposição ao governo José Sarney. Neste período ficou marcado os famosos “fiscais do Sarney”, cidadãos, principalmente donas de casa, que voluntariamente conferiam preços em lojas e supermercados e denunciavam as demarcações. Por alguns meses, cidadãos e empresas sentiram-se livres da luta diária para defender seus rendimentos do “dragão da inflação”, conforme tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Evolução da Inflação (IGP-DI) de Janeiro a Novembro de 1986

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
17,79	14,98	5,52	-0,58	0,32	0,53	0,63	1,33	1,09	1,39	2,46

Fonte: FGV

No entanto as coisas começaram a não dar certo, pois os preços relativos da economia estavam desequilibrados, uma vez que a demanda estava superaquecida em um mercado regulamentado, no qual os agentes estão impedidos por lei de reajustar preços.

Com isso, muitos produtores acabaram perdendo rentabilidade em seus negócios. O congelamento não permitiu que os preços que variam de acordo com a época do ano se ajustassem, o que levou ao desabastecimento de alguns itens e o surgimento do ágio para compra de produtos como a carne, leite e automóveis. Para piorar a situação, o governo concedeu aumento de 8% para todos os salários e 15% para o salário mínimo, o que estimulou o consumo e aumentou a demanda.

Soma-se a isso, o governo seguia com elevados gastos públicos e manteve o congelamento da taxa de câmbio, o que levou o país a perder uma parcela considerável das reservas internacionais e com os juros da economia abaixo da inflação, ocorria o desestímulo à poupança e pressionava o consumo.

A proximidade das eleições para os governos estaduais impediu a adoção de medidas para salvar o Plano Cruzado. Após a base governista vencer em 22 dos 26 Estados, as coisas começaram a mudar. O primeiro passo foi descongelar os preços, fazendo a inflação voltar com força e naufragando o plano.

Em 21 de novembro de 1986 os ministros Funaro, João Sayad (Planejamento) e Almir Pazzianotto (Trabalho) foram à TV anunciar o Plano Cruzado II, que pretendia diminuir o déficit público por meio de um aumento das receitas e, por outro lado, tirar dos índices de inflação o aumento do preço de produtos supostamente consumidos pelas camadas mais favorecidas, evitando assim que o gatilho salarial fosse disparado.

As principais medidas do Plano foram, portanto, um forte aumento do IPI sobre o preço de determinados produtos (80% para automóveis, 120% para cigarros e 100% para bebidas) e reajuste de alguns preços administrados (60% para gasolina e álcool, 35% para contas telefônicas e serviços postais, e até 60% para energia elétrica).

As medidas impopulares do Cruzado II eram o empurrão que faltava para a desorganização da economia. As consequências disso é possível observar no quadro abaixo, que mostra a impressionante aceleração inflacionária a partir do plano:

Tabela 2 – Evolução da Inflação (IGP-DI) de Novembro de 86 a Junho de 87

1986		1987					
NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
2,46	7,56	12,04	14,11	15,00	20,08	27,58	25,88

Fonte: FGV

Em abril de 1987, sob uma inflação de 20% mensais, o Ministro Dílson Funaro é substituído pelo economista Luiz Carlos Gonçalves Bresser Pereira.

3.2 PLANO BRESSER

A ideia do Plano Bresser, anunciado em junho de 1987, era fazer apenas um ajuste emergencial para evitar a hiperinflação e reorganizar minimamente a economia.

O Plano previa um novo congelamento de preços e salários, limitado a 90 dias, e previam uma fase de flexibilização em que os reajustes seriam feitos mensalmente, com base em um novo índice – a Unidade Referencial de Preços (URP), equivalente à média da inflação do trimestre anterior, desativando o gatilho salarial. O Plano também prometia um rígido ajuste monetário e fiscal. Quanto ao primeiro item, a taxa de juros real deveria ser mantida sempre em níveis positivos (para estimular a poupança e evitar o consumo descontrolado), mas não tão alta a ponto de sufocar as empresas, e a diminuição na quantidade real de moeda em poder da população.

Quanto ao ajuste fiscal, a meta de Bresser era baixar o déficit público estimado na época em 6,7% do PIB para 2,5% do PIB. Para tanto, a primeira medida foi um reajuste prévio das tarifas públicas, além de corte dos subsídios do trigo e o adiamento de obras de grande porte, já planejadas. O Ministro também tentou voltar a negociar com o FMI, sem sucesso.

No entanto, o Plano Bresser não obteve êxito, e a inflação já se encontrava acima de 15% ao mês em dezembro de 1987, conforme mostrado na tabela abaixo. Bresser Pereira pediu demissão e foi substituído por Maílson da Nóbrega.

Tabela 3 – Evolução da Inflação (IGP-DI) de Junho a Dezembro de 1987

JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
25,55	9,33	4,50	8,05	11,15	14,47	15,89

Fonte: FGV

3.3 PLANO VERÃO

O Economista Maílson da Nóbrega assumiu o Ministério da Fazenda anunciando que combateria a inflação com uma política “arroz com feijão”, ou seja, sem soluções heroicas ou planos econômicos mirabolantes. Assim, voltou a negociar com o FMI e anunciou a suspensão da moratória.

Para equacionar os problemas internos, Maílson pretendia sanear as finanças públicas atacando principalmente os gastos do governo. Na prática, a única coisa que conseguiu foi arrochar o salário do funcionalismo público – ainda assim constantemente contrariado por ministros e outros dirigentes que insistiram em conceder reajustes acima dos limites acordados.

Após um ano da política “arroz com feijão”, a inflação não apenas não recuara para a meta pretendida – que já era pouco ambiciosa (15% ao mês) – como começava a acelerar de novo. Em janeiro de 1989, Maílson contraria suas promessas e anuncia o Plano Verão, cujas principais medidas são: a) nova mudança na moeda, que perde três zeros outra vez, e passa a se chamar Cruzado Novo; b) congelamento de preços e salários por aproximadamente 45 dias; c) extinção da correção monetária e da URP – após o congelamento, o reajuste salarial seria negociado entre sindicatos e empregadores; d) alta nas taxas de juros, para conter o consumo e manter os investidores no open Market, garantindo o financiamento da dívida pública, e por fim; e) mais uma vez, a promessa de cortar gastos públicos, arrochando os salários do funcionalismo e extinguindo ou privatizando estatais.

O impacto do Plano Verão durou ainda menos que o dos choques anteriores: em julho a inflação mensal já havia voltado ao mesmo patamar de janeiro e, nos meses seguintes, viria a se acelerar rumo a uma hiperinflação aberta, conforme tabela 4:

Tabela 4 – Evolução da Inflação (IGP-DI) de Janeiro de 1988 a março de 1990

1988								
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET
19,14	17,65	18,16	20,33	19,51	20,83	21,54	22,89	25,76
1988			1989					
OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
27,58	27,97	28,89	36,56	11,80	4,23	5,17	12,76	26,76
1989						1990		
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR
37,88	36,48	38,92	39,70	44,27	49,39	71,90	71,68	81,32

Fonte: FGV

Em janeiro de 1989, o Plano Verão elevou fortemente a taxa de juros, o que desferiu um pesado golpe no maior devedor do sistema financeiro: o próprio governo. Basta dizer que naquele ano apenas o pagamento dos juros da dívida pública interna passou a consumir impressionantes 9,5% do PIB.

O resultado de todo esse movimento é que, ao receber a faixa presidencial de José Sarney, em março de 1990, Fernando Collor de Melo herdava não apenas uma ameaça de hiperinflação, mas também uma dívida pública fora de controle.

3.4 PLANO COLLOR

Em menos de 24 horas após a posse de Fernando Collor de Melo como Presidente da República, a nova equipe econômica anuncia, em 16 de março de 1990, o bombástico Plano Collor, o qual impunha: a) confisco de todas as importâncias superiores a 50.000 cruzados novos – agora rebatizados como cruzeiros, sem troca de zeros – depositados nas cadernetas de poupanças e nas contas correntes e de 80% das aplicações do overnight e outros produtos financeiros; b) um ambicioso ajuste fiscal, que pretendia reverter o déficit estimado em 8% do PIB para um superávit de 2% do PIB. Esses 10% de ajuste seriam obtidos da seguinte maneira:

- 0,5% viriam de corte nas despesas, representado principalmente pela exoneração de 360 mil funcionários públicos;

- 3,5% viriam da privatização de empresas públicas por meio do Programa Nacional de Desestatização (PND);
- b) 6% viriam da elevação da arrecadação obtida por aumento da tributação e pelo combate à sonegação; c) um novo congelamento de preços e salários até maio de 1990; d) adoção da taxa de câmbio flutuante, que se encaixava na política da liberalização do comércio exterior do novo governo.

Como podemos observar no quadro abaixo, o Plano Collor conseguiu apenas evitar a hiperinflação, mas não trazer os índices de preços para um patamar civilizado e, ainda no fim do ano, assistimos a uma nova aceleração inflacionária:

Tabela 5 – Evolução da Inflação (IGP-DI) de março a Dezembro de 1990

1990									
MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
81,32	11,33	9,08	9,02	12,98	12,93	11,71	14,16	17,45	16,46

Fonte: FGV

Três são as causas para o fracasso do Plano Collor. A primeira foi o afrouxamento na restrição da liquidez, por meio das chamadas “torneirinhas” do Banco Central – empresários conseguiram liberar recursos para pagamento da folha salarial e para financiar atividade produtiva; aposentados, desempregados e outros grupos conseguiram adiantamentos, e os bancos anunciaram dificuldade para trocar cruzados novos por cruzeiros e acabaram socorridos pelo BC, o que elevou a base monetária, principalmente M1.

A segunda causa foi a insuficiência do ajuste fiscal: dos 360 mil funcionários que se pretendia exonerar, apenas 40 mil foram efetivamente desligados.

A terceira causa foi a desvalorização do cruzeiro frente ao dólar, à qual o Banco Central foi obrigado a recorrer no fim do ano, devido ao desequilíbrio na balança comercial, gerado por uma combinação entre a suspensão dos estímulos ao setor exportador e a liberação das importações.

Não podemos desconsiderar também o trauma psicológico provocado pelo confisco, nem os conflitos gerados pelo congelamento e, em seguida, pela liberação dos valores confiscados apenas para alguns setores, em ritmos diferentes.

No início de 1991, a inflação voltava ao tempo que o governo não conseguia empurrar ao mercado seu maior instrumento de financiamento: seus Títulos do Tesouro, tendo em vista a desconfiança generalizada provocada pelo confisco. Assim, em fevereiro de 1991 é lançado o Plano Collor II, objetivando mais propriamente a salvação dos cofres públicos do que livrar a economia nacional da inflação.

De fato, a principal medida do Plano era a extinção do overnight e a criação do Fundo de Aplicação Financeira (FAF). Logo apelidado de Fundão, o FAF nada mais era do que uma estratégia para fazer o mercado aceitar os títulos públicos “na marra”, obrigando as instituições financeiras a direcionar percentuais das aplicações dos clientes em títulos públicos federais e estaduais. A remuneração desses títulos não seria mais feita pelos BTN's, também extintos, e sim pela recém criada Taxa Referencial (TR).

Além da criação do FAF e da TR, o Plano Collor II trazia de volta o cardápio costumeiro dos planos anteriores – pesados reajustes nas tarifas públicas (o popular tarifaço), mais um congelamento de preços e salários e mais promessas de corte nos gastos. Os efeitos sobre a inflação também foram os mesmos: uma queda inicial seguida de rápido retorno aos patamares anteriores, como se nota na tabela 6 abaixo:

Tabela 6 – Evolução da Inflação (IGP-DI) de Janeiro a Dezembro de 1991

1991											
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
19,93	21,11	7,25	8,74	6,53	9,86	12,83	15,49	16,19	25,85	25,76	22,14

Fonte: FGV

3.5 PLANO REAL

O cenário político do Brasil estava em clima de frustração sobre os escândalos que deram fim ao governo Collor. A inflação crescente e a desigualdade socioeconômica estava cada vez mais nítida. Diante dessa situação, o Ministro da

Fazenda do governo de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso deu início ao Plano Real em 1º de julho de 1994, pautado em três etapas: a) estabelecimento do equilíbrio das contas do governo, com o objetivo de eliminar a principal causa da inflação: déficit fiscal; b) criação da Unidade Real de Valor: URV e; c) conversão desse padrão de valor em uma nova moeda: o Real.

O maior objetivo do Plano Real era controlar a hiperinflação, problema este que estava impedindo o desenvolvimento do Brasil.

Para não haver ruptura nos contratos e preços, retroage a tabela da URV a 01/01/93, de modo que a sociedade como um todo, pudesse fazer os seus ajustes nos preços desta nova paridade, sem choques, ao contrário do que se fazia nos planos anteriores com cortes de três zeros para cada tipo de moeda. Fixou-se a paridade de um Real em CR\$ 2.750,00.

Para que o Plano obtivesse resultados foi estabelecido as seguintes metas: a) corte nos gastos públicos; b) recuperação da Receita Tributária; c) fim da inadimplência dos Estados e municípios; d) controle e rígida fiscalização dos bancos estaduais; e) saneamento dos bancos federais e; f) privatização.

O Plano Real incentivou também, o processo de importação de produtos. Bastava um incentivo e facilidade para esses repasses de tecnologias para a economia nacional, seria um grande passo para o desenvolvimento industrial. Com a baixa da inflação, o plano conseguiu ainda, inserir as classes C e D no mercado consumidor, atingindo índices positivos e diminuindo a desigualdade socioeconômica.

Depois de o governo assumir que a principal causa da inflação era o descontrole financeiro e administrativo do setor público as medidas para reverter esse quadro foram mais estudadas e bem aplicadas. Diante disso com o passar dos anos, o Brasil obteve muito aprendizado com os fracassos dos planos anteriores e conseguiu de uma vez por todas dar fim a inflação e estabelecer uma economia socioeconômica, que era o seu principal objetivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca de controlar o processo inflacionário no país, e amenizar a situação econômica brasileira, surgiu o Plano Real.

Verdadeiramente o Plano pode considerar-se vitorioso, tendo em vista sua longevidade, e principalmente o alcance da estabilidade econômica que tanto fora almejada nos planos econômicos anteriores, sem sucesso.

Dividido em três etapas (Controle das contas do Governo, criação da Unidade Real de Valor (URV) e criação de uma moeda forte, o Real), o Plano mostrou à sociedade que era possível acabar com o descontrole inflacionário e que através de um novo modelo de relação entre sociedade, governo e mercado, era possível ao país um desenvolvimento sustentável.

As bases da nova moeda foram estabelecidas, porém não pode ser tratada como produto acabado, cabendo ao país uma continuidade deste processo, uma vez que ainda não atingimos o melhor dos mundos.

As reformas fiscal e tributária, que dariam sustentação a um desenvolvimento econômico e social, ainda não foram realizadas, e que são os passos seguintes após esta estabilidade da economia na busca de um país econômico e socialmente mais justo.

O Plano Real foi uma medida transformadora e de avanço para a economia brasileira mas, mesmo com seus vinte e três anos, não esgotou o que deve ser feito para garantir um crescimento sustentado com uma melhor distribuição de renda e diminuição da pobreza, ou seja, ainda há muito a ser feito na busca de redução da desigualdade social, um dos maiores problemas do país, outrora tão bem alimentada pelo fenômeno inflacionário.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. E MODENESI, A.M. Custos e Benefícios do Controle Inflacionário no Brasil (2000-2008): uma Avaliação com Base em um Modelo VEC. II Encontro Internacional da Associação Keynesiana do Brasil, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BELIEIRO Jr, José Carlos Martines. Um novo Capitalismo no Brasil? Fusões & Aquisições no Governo Lula. Curitiba: XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2011.

FILGUEIRAS, Luiz Antônio Mattos. História do plano real. 3ª Ed. São Paulo: Bomtempo Editorial, 2006.

GIAMBIAGI, Fabio. [et al] (orgs.). Economia brasileira contemporânea (1945-2004). Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GREMAUD, Amaury Patrick. Economia brasileira contemporânea. São Paulo: Atlas, 2002.

IANONI, Marcus. Políticas Públicas e Estado: o Plano Real. Lua Nova [online]. 2009, n.78, pp. 143-183. ISSN 0102-6445.

LAMEIRA, Valdir de Jesus. Uma revisão sobre a economia brasileira e o mercado financeiro após o Plano Real: as mudanças e a evolução do mercado de capitais entre 1995 e 2002. Rev. contab. finanç. [online]. 2004, vol.15, n.35, pp. 96-110. ISSN 1808-057X.

MERCADANTE, Antônio. Brasil Primeiro Tempo. São Paulo: Planeta, 2006.

NASSIF, Luís. O cruzado: por dentro do choque. São Paulo: Livraria Cultura Editoria, coleção Fonte de Informação, 1986. 255 p.

REIS, E. et al. O século XX nas contas nacionais. In: IBGE. Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

SILVA, Raylinn Barros, Artigo Plano Real e Brasil, 20 anos depois. Mérito do Plano que derrotou a hiperinflação. Tocantins, 2014. Disponível em: <<http://www.clebertoledo.com.br>> Acesso em: 08/09/2016.